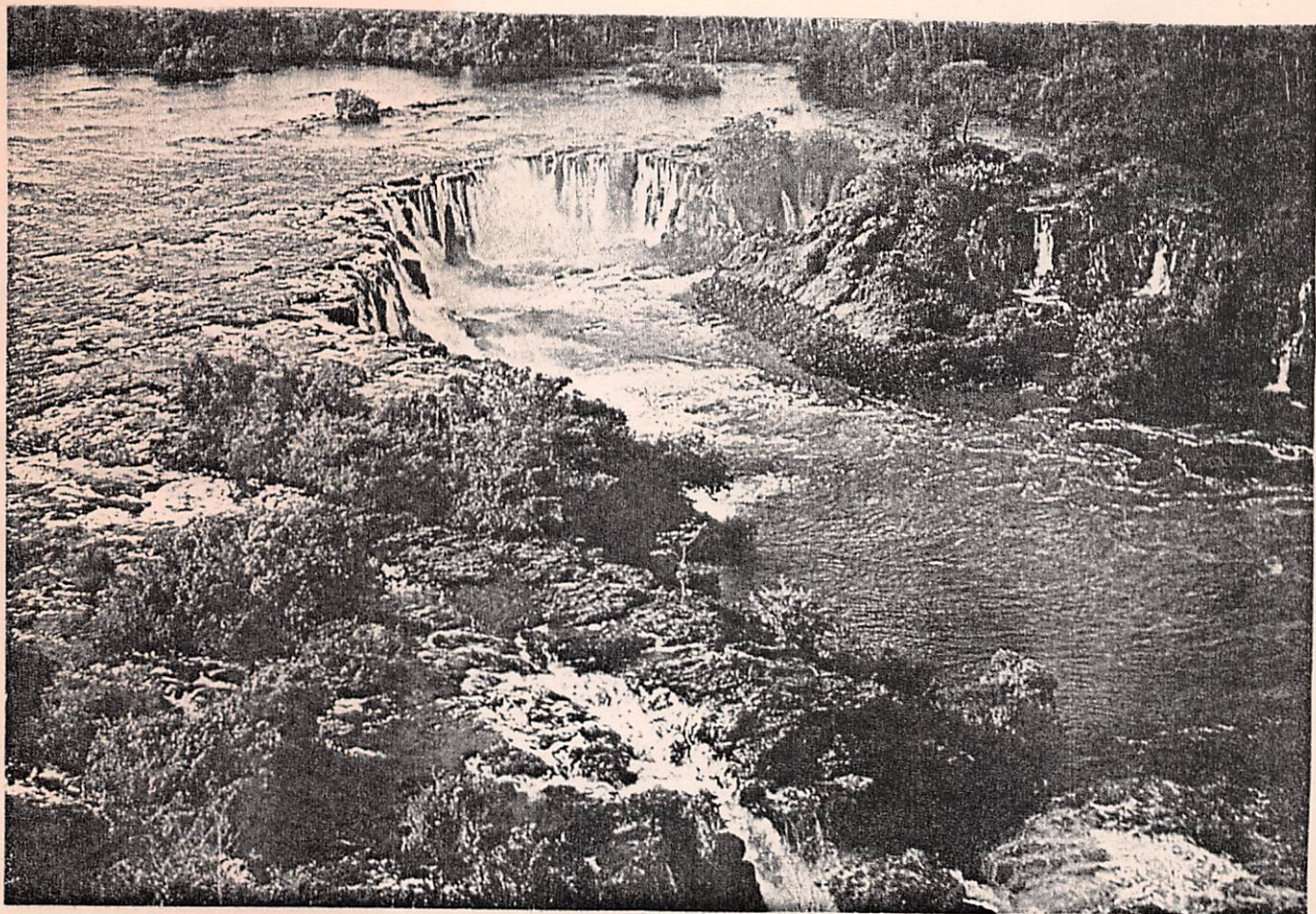


INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
IPPUR - UFRJ

- U. F. R. J. -
BIBLIOTECA
- IPPUR -

A
Ad. Card

MONTE D'OUTRO LADO DO PARÁ



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E USO DO SOLO URBANO
HELENA RISCALA ALMEIDA

ÍNDICE DOS QUADROS

Capítulo 1.1.2 - As condições geográfica e econômica da área	
QUADRO 1 - Dados estatísticos do município de Almeirim	24
QUADRO 2 - Dados estatísticos do município de Mazagão	24
GRÁFICO 1 - Crescimento populacional de Almeirim ...	25
GRÁFICO 2 - Crescimento populacional de Mazagão	25
Capítulo 1.2.3 - A cidade de Munguba	
QUADRO 3 - Inventário das habitações - Quantidade dos diferentes níveis nas várias localidades do projeto Jari	115
QUADRO 4 - População residente em Munguba, Planalto e São Miguel	116
Capítulo 2.2.1 - Dados de Monte Dourado	
QUADRO 5 - População residente em Monte Dourado ...	154
QUADRO 6 - Distribuição da população nas localidades do projeto Jari	155
GRÁFICO 3 - Crescimento Populacional de Monte Dourado	156
Capítulo 2.2.2 - Dados do Beiradão	
GRÁFICO 4 - Crescimento populacional do Beiradão ...	157
Capítulo 2.2.4 - Dados da Empresa	
GRÁFICO 5 - Produção de celulose	167
GRÁFICO 6 - Produção de caulim	168
GRÁFICO 7 - Crescimento do quadro de funcionários ..	169

ÍNDICE

= U. F. R. J =
BIBLIOTECA
- I D P U R -

INTRODUÇÃO	1
 CAPÍTULO 1 - O NASCIMENTO DE UM SONHO	 8
1.1 - As terras do projeto JARI	10
1.1.1 - A história de um coronelado	13
1.1.2 - As condições geográfica e econômica da área	18
1.1.3 - Os acordos entre o Governo e Daniel Ludwig	26
1.1.4 - A proposta de desenvolvimento econômico e a esperança de melhoria da qualidade de vida	32
1.2 - A implantação do projeto	37
1.2.1 - A fábrica e a atividade industrial	46
1.2.2 - A cidade de Monte Dourado (concep.- cond. atuais)	59
1.2.3 - A cidade de Munguba (concepção, condições atuais)	106
1.2.4 - Comunidades vizinhas de apoio ao projeto: Planalto São Miguel e Bananal (cidade fantasma)	122
1.2.5 - O aparecimento de outras atividades econômicas	130
 CAPÍTULO 2 - CONTRASTES E DESILUSÕES	
2.1 - Os núcleos espontâneos	138
2.1.1 - O surgimento do Beiradão e Beiradinho	138
2.1.2 - Beiradão (condições atuais, leitura do espaço)	141
2.2 - Análise do grau de desenvolvimento da região	144
2.2.1 - Dados de Monte Dourado	145
2.2.2 - Dados do Beiradão	145
2.2.3 - Monte Dourado X Beiradão	158
2.2.4 - Dados da empresa	165
 CAPÍTULO 3 - CONCLUSÃO	
Análise das causas da formação e aglomeração do núcleo espontâneo do Beiradão.	170

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve seu início de uma forma muito mais pessoal do que poderia-se esperar. O empirismo do contato com uma realidade avistada, vivida e sentida intensamente no seu dia a dia encaminhou-nos nesse sentido. Levando-nos à percepção o contraste intrigante de duas comunidades urbanas vizinhas, que constantemente colocam em cheque seus embates sociais.

Pelos caminhos desconhecidos do determinismo, encontramos-nos no interior de um avião Bandeirante, sobrevoando uma floresta de verde intenso, que em seus matizes mais escuros parecia conter as profundezas misteriosas do universo. A sinuosa linha dos rios entrecortando o verde em contínuos espelhos d'água tornava essa selva ainda mais viva.

Avistamos essa natureza que parecia-nos indomável, e para a qual uma vida humana aparenta não ter muita significância, durante uma hora e vinte minutos, em que transpomos os 400 Km que separam Belém de Monte Dourado, base de apoio ao projeto Jari, situado à margem esquerda do rio de mesmo nome, em terras paraenses, já que este marca a divisa com o Amapá, no seio da floresta Amazônica.

O projeto Jari, a despeito de tudo quanto possa ser dito sobre ideologias e sonhos, é um projeto de desenvolvimento de atividades econômicas no vale do rio Jari, região norte da bacia amazônica. O mesmo compõe-se fundamentalmente de uma fábrica de celulose e atividades extrativas da madeira nativa bem como cultivo e plantio de árvores, criando uma floresta homogênea, que passará a ser a matéria prima da produção.

A primeira imagem que leva-nos de volta ao mundo 'civilizado' não é o de nenhum aglomerado urbano, mas o movimento ritmado de tratores e moto-scrapers numa mina, seguida da visão de um pequeno aglomerado de casas sobre palafitas (Beiradinho) em frente às fábricas, que por sua vez encontram-se na margem oposta do rio. A justaposição da escala

das duas fábricas com o nível do rio e o pequeno povoado à sua volta consolida a imponência das primeiras.

O efeito imediato da mudança drástica, no painel das imagens captadas, é levar a percepção à constatação de que o choque inicial se faz exatamente com os símbolos máximos das profundas alterações ocorridas com as atividades econômicas da região.

Daqui em diante as imagens sucedem-se rapidamente ao olhar. A visão depara-se com a pequena vila de Munguba e em seguida com a cidade de Monte Dourado, ambas planejadas para darem andamento ao projeto. Nesse ponto nossos sentidos deparam-se com o inesperado. O desenho gritante e aflitivo de um grande conglomerado de casas sobre palafitas: o Beiradão, nome vulgarmente dado à cidade de Laranjal do Jari.

O Beiradão é um assentamento humano espontâneo que emerge das águas do Jari à "margem" de um projeto econômico. Assentamento esse que estabeleceu-se à revelia da vontade da empresa que executava o projeto e, ao mesmo tempo, motivado pelas ações da mesma. Como será exposto no decorrer dos capítulos 2 e 3.

A localização desse aglomerado não deu-se, no entanto, de forma casual. Ele desenvolveu-se o mais próximo possível do centro urbano de Monte Dourado e com duas particularidades:

A - Construiu-se sobre a água por ser esse o método construtivo dos caboclos da região, já que suas necessidades básicas são supridas pelo rio, principalmente porque a área não possuía infra-estrutura.

B - E na margem oposta à da cidade de Monte Dourado porque as terras do outro lado do rio, embora constem como propriedade da empresa, na época, não estavam regularizadas dificultando assim o processo de remoção. Principalmente frente ao governo do Território do Amapá, uma vez que a empresa não pretendia realojá-los.

Vislumbrada as condições gerais do foco de estudo, cabe esclarecer a razão do título deste trabalho. Certamente que as regras que nortearam a implantação da cidade planejada de Monte Dourado e suas intenções implícitas figuram entre os motivos básicos da formação populacional na margem oposta do rio, fora das terras paraenses. Sendo assim "Monte D'outro Lado do Pará" faz alusão à cidade de Monte Dourado, como ponto central da localização do aglomerado (monte) que encontra-se do outro lado do rio, fora do Pará.

O sistema de produção das novas atividades econômicas criou uma nova ordem de relações sociais, onde as diferenças de qualidade de vida acentuam-se e formam um quadro de alto contraste, constatável visualmente. Já de imediato nota-se o traçado planejado de Monte Dourado em contraponto à uma ausência de ordem, captável a princípio, no assentamento espontâneo.

Diante do impacto deste quadro, o estudo aqui desenvolvido tem como proposição básica compreender as causas da formação do núcleo espontâneo do Beiradão. Através da análise da composição física do projeto urbano desenvolvido para Monte Dourado e suas premissas básicas, bem como das decisões adotadas na sua implantação. E, na medida do possível, apontar para os embates sociais aqui presentes.

Tudo quanto já foi falado sobre o JARI não ignora a evidência desse núcleo, porém os trabalhos precedentes deixam em aberto a motivação do seu surgimento, o porque e como ele estabeleceu-se.

As diversas fontes de pesquisa aqui utilizadas levam em conta, na medida do nosso alcance, os artigos já publicados sobre a área em estudo, bem como livros a seu respeito e coleta de dados da Companhia Florestal Monte Dourado, da Caulim da Amazônia e do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Visando esclarecer a proposta do trabalho o caminho das nossas avaliações não seguirá somente os dados dos órgãos oficiais, mas contará com uma leitura do espaço urbano planejado.

Não trataremos aqui da posição política do projeto enquanto resposta às ideologias econômicas. O Governo brasileiro prevê novas atividades econômicas nessas áreas visando o seu desenvolvimento e integração em plano nacional.

Apesar de não avaliarmos ideologicamente ou politicamente as tomadas de posição econômica, não é de nosso desconhecimento a importância desse tipo de região para uma reestruturação do quadro econômico e ocupacional brasileiro. Portanto compreendemos perfeitamente bem os melindres da região em foco. O fato porém nos servirá como pano de fundo para a análise, não sendo o centro da discussão.

Não pretendemos definir tampouco posições políticas, quando muito avaliaremos as consequências sociais das tomadas de decisão quanto ao projeto em si. Tenham elas sido tomadas pelo Governo ou pelo seu idealizador, Daniel Ludwig. As posições políticas anteriores também não serão desconsideradas, pois o modo de produção das atividades econômi-

cas precedentes têm muito o que contar quanto à caracterização ocupacional da área, anteriormente ao projeto.

Já nos anos 40 o Governo brasileiro voltava suas atenções para a Amazônia, através do Programa de Expansão da Borracha. Ao que Valentim F. Bouças, em 1943, denominou "Grandioso Empreendimento" hoje é apontado como "Projeto megalomaniaco" devido ao "delírio de Henry Ford" (1). Constatamos assim na matéria "Os acordos de Washington" de V. F. Bouças o apoio internacional ao programa brasileiro (2).

A devastação da qual o país tem sido constantemente acusado nos últimos meses, pelas veementes críticas internacionais, teve seu começo nos primeiros anos da década de 70, com a implantação da política de incentivos à ocupação amazônica, financiada mais uma vez pelo capital internacional, durante os anos de ditadura. Com fins altamente lucrativos (3). Exatamente nessa época o Governo negociou as terras do projeto JARI com o empresário norte-americano Daniel Ludwig.

Dessa forma o recente recuo internacional dos investimentos e os gritos exacerbados de "Da Amazônia depende a Sobrevivência da Terra" ecoam nos nossos ouvidos com outras significações. Sejam elas de deixar o solo brasileiro intocado como "continente reserva" seja a falência da ideologia de "desenvolvimento para todos". De qualquer maneira as intenções levam a uma estratégia de impor estagnação econômica e ocupacional ao Brasil (4).

Toda essa visão é de extrema importância para o contexto geral, pois essa área, enquanto portadora de um potencial latente de desenvolvimento econômico e ocupação populacional, torna-se o centro das expectativas de progresso e reestruturação do espaço urbano, hoje sobrecar-

regado e cheio de disfunções. Devido à essa propriedade designamos esse tipo de região como "Fronteira".

Não devemos entender fronteira como "um vazio social e espacial" (5), mas como terras passíveis de iniciarem um processo dinâmico de produção que altera a cadeia das relações sociais.

Este estudo tentará captar essas alterações, na medida em que tornem-se relevantes para a compreensão das relações sociais estabelecidas entre o assentamento espontâneo e a presença do projeto econômico.

Pleiteando fazer um caminho lógico de raciocínio para perfeito entendimento do leitor o primeiro capítulo do trabalho estabelecerá as condições sobre as quais desenvolveu-se o projeto, sua concepção inicial. As políticas governamentais e o acordo com o empresário Daniel Ludwig. Em seguida expor-se-á como o projeto implantou-se e suas condições atuais, incluindo seus assentamentos humanos planejados. Explorando sobre o desenho urbano projetado para o centro populacional de Monte Dourado.

No segundo capítulo expõe-se a época e sob que circunstâncias surgiram os núcleos espontâneos e faz-se a distinção entre eles. Apontando a seguir para a situação atual do Beiradão. Na segunda parte desse mesmo capítulo confronta-se os dois principais centros urbanos foco do nosso estudo: Monte Dourado e Beiradão, expondo inicialmente os dados coletados sobre esses dois núcleos. Finalizando, esse capítulo aponta para o crescimento de produção e sua relação com o quadro de funcionários; apontando para o reflexo no desenvolvimento da área.

Concluindo tentaremos provar que o assentamento espontâneo do Beiradão deu-se devido à:

A - Motivação de melhora de vida, através da abertura de mercado de trabalho

B - Ausência de condições reais de assentamento nas cidades planejadas do projeto.

Avaliando através da causa de sua existência os possíveis papéis sócio-econômicos desempenhados por tal assentamento no projeto, tentamos apontar para os benefícios que este trouxe para o mesmo e o seu 'custo' social. Fixamo-nos em limites precisos que são as fontes que foram-nos acessíveis e as condições atuais do projeto. O método é o de análise dos dados coletados, com base na pesquisa histórica e na observação do espaço social vivido.

- (1) Ver revista Veja, Edição especial, Ano 22 No 26 - 05/07/89, p. 86
- (2) BOUÇAS, Valentim F., "Os acordos de Washington" in Diário de Notícias - 30/03/1943, p.3
- (3) MESQUITA, Fernando, "Amazônia: a sobrevivência da Terra", in; Terceiro Mundo No 120 - Ano XII, p. 50
- (4) Idem ant. , p.52
- (5) MUSUMECI, Leonarda, Notas sobre campesinato de fronteira e o mito da "terra liberta". (mimeo) citado por Luiz Eduardo Soares, in; Campesinato: Ideologia e Política, in; (Coleção Agricultura e Sociedade) - Rio de Janeiro-RJ, Zahar Editores, 1978. p. 34

CAPÍTULO 1 - O NASCIMENTO DE UM SONHO

Certamente que lidar com a imensidão da floresta amazônica e seus inumeráveis mistérios pressupõe muita garra e espírito de aventura, sem os quais os desafios da natureza não seriam superáveis. Sua ocupação tem como preocupação básica integrá-la ao restante do país. Não é só essa questão territorial ou a de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, que permanecem isolados e vivendo em condições precárias, que movem o interesse pela sua ocupação. Mas também as perspectivas de desenvolvimento econômico nacional oferecidas por essa fonte de riqueza natural. Que embora imaginemos imensa não é inesgotável, devendo-se portanto tomar as devidas precauções para que sua ocupação seja racional. Visando principalmente não gerar distorções irreparáveis no seu quadro físico-social.

É com esse ideal em mente que se analisará um dos fatores da inigualável experiência desenvolvida em seus domínios por um empresário americano de visão que, embora não tenha sido sempre bem entendido, teve a coragem de poucos de lançar-se nessa aventura e promover aquele que vem tornando-se um dos polos de maior desenvolvimento da região do baixo Amazonas. (Fig. 1) Este estudo não tem a pretensão de julgar o desempenho econômico desse projeto ou de avaliar o seu grau de favorecimento na economia regional. Como exposto na introdução limita-se a avaliar um dos aspectos físicos de seu assentamento. Para tanto é extremamente necessário delinear a área em que essa implantação se deu, uma vez que de sua localização deriva-se muitos dos problemas sociais encontrados.



Figura 1 - Mapa do Jari

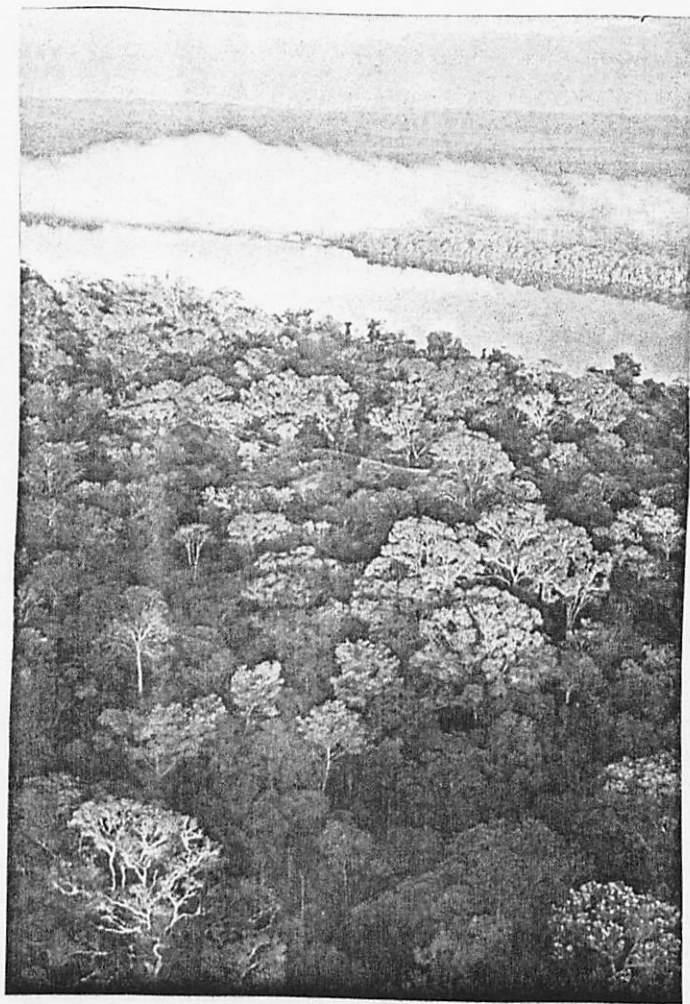


Figura 2 - Floresta da Região do Baixo Amazonas

1.1 - As terras do Projeto JARI

As terras do projeto Jari localizam-se a 1 grau de latitude sul e 52 graus de longitude oeste, à margem esquerda do rio Amazonas e a 400 Km de sua foz. O rio Jari, que dá nome ao projeto, serve como fronteira entre o estado do Pará e o Território do Amapá. Com 800 Km de extensão e grande largura, ele corta toda a propriedade do projeto no sentido norte-sul, até a confluência com o rio Amazonas. (Fig.3)

As propriedades do projeto situam-se em dois municípios: Mazagão, no território do Amapá, e Almeirim, no estado do Pará; margens direita e esquerda do rio Jari, respectivamente. Suas características geográficas incluem "biociclos terrestres e aquáticos que se desdobram em vários ecossistemas, constatando-se a presença das chamadas terras firmes de baixo platô, várzeas, rios, igarapés e ilhas fluviais" (6).

Seus planaltos são cobertos por densa floresta que, segundo um memorial escrito por João Gualberto em 1888, possui de 60 a 100 mil seringueiras; hoje as seringueiras no projeto Jari são raras. Gualberto descrevia a propriedade com entusiasmo: "A riqueza extraordinária da flora admira ao menos esperto. Não há madeira do país que não se encontre abundantemente (...). Ao lado da zona vulcânica, tão cheia de atrativos para as indústrias metalúrgicas, lá estão as serras de sedimentos alimentando esperanças a quem se entregar à cultura de cereais, gramineas, etc."

Referia-se ainda aos igarapés como meio de transporte aos seringueiros de mais difícil acesso. Notando a presença de estradas rudimentares que levavam às áreas mais distantes do rio. Gualberto ainda refe-

ria-se às cachoeiras como portadoras de um potencial gerador de energia. Prevendo o desenvolvimento de indústrias extrativas. (Fig. 4)

Ainda segundo Lúcio Flávio Pinto, ele afirmava que as "terras de aluvião" aguardavam um explorador "ativo e inteligente". Além de ressaltar a fauna riquíssima ele apontava para os produtos naturais passíveis de serem explorados: "salsa, castanha, óleo de copaíba, guta e percha". Calculando a produção de "100 mil hectolitros de castanha se os castanhais incultos fossem explorados" (7).

São diversos os tipos de solo da região compreendendo solos arenosos, argilosos e argilo-arenosos, além da terra roxa encontrada na região do pacanari. Apesar de não encontrar-se grandes declives na região ela possui elevações variadas que chegam a atingir os 200 metros.

(6) ANDREAZZA, Mário David, Projeto Jari - depoimento à camara dos deputados, Ministério do Interior, Brasília-DF, 1979. p. 42

(7) PINTO, Lúcio Flávio, Jari: Toda a Verdade sobre o Projeto de Ludwig - As relações entre estado e multinacional na Amazônia. p. 12

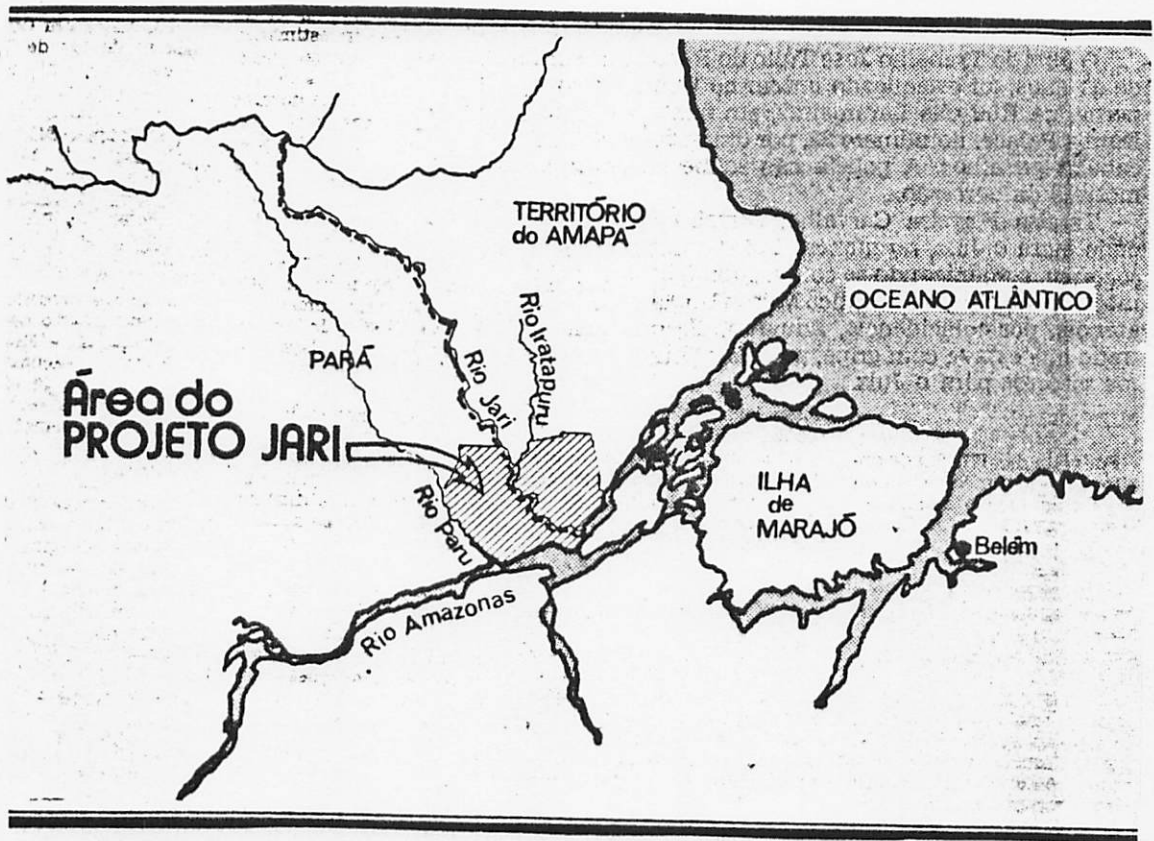


Figura 3 - Mapa da Região do Jari

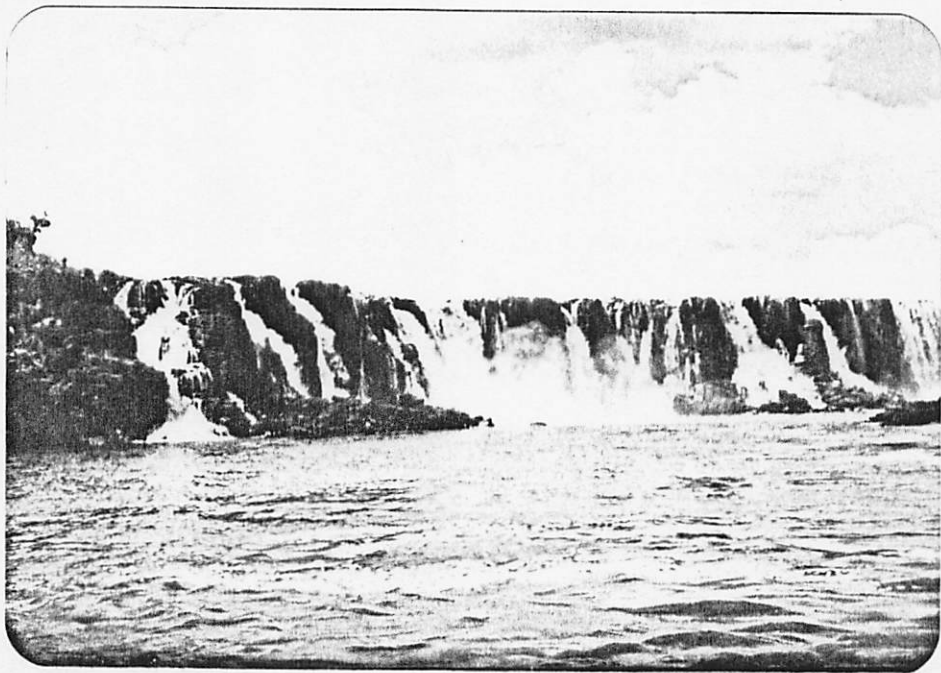


Figura 4 - Cachoeira de Santo Antônio

1.1.1 - A história de um coronelado

A região devido às suas riquezas naturais foi atraindo migração vinda principalmente do nordeste com vistas à extração da borracha e coleta da castanha. Porém até a vinda de um cearense, Cel. José Júlio, em 1892, essas terras permaneceram sem atividades de real valor produtivo. Muitas estórias são contadas a respeito desse primeiro colonizador.

À época de sua chegada surgiu o primeiro povoado de significância populacional nessa região, seu centro era Arumanduba, a primeira "capital" do Jari. Essa por sua vez situava-se na margem esquerda do rio Amazonas, distante aproximadamente 10 Km de Almeirim, sede do município. Ali estabeleceu-se José Júlio, que fez daquele povoado sua sede. Há mais de meio século Arumanduba possuía luz elétrica, telégrafo e até telefone. (Fig.5)

Uma das estórias contadas diz que ao chegar no Rio de Janeiro, por mar e à noite, um dos companheiros de viagem do coronel perguntou se já havia visto imagem tão bela. Ao que José Júlio respondeu:

- Já. Arumanduba.

Embora não esteja em bom estado de conservação, o chalé onde morou o coronel José Júlio encontra-se de pé em Arumanduba, como um referencial histórico.

Alguns dos parentes de empregados do coronel afirmam que seus ancestrais referiam-se a ele como um bom homem, que gostava muito dos empregados que se destacavam no serviço. Concedendo ajuda para que seus filhos estudassem em Belém.

Mas outras evidências conflitavam-se com esse conceito. A referência do nome de paga-dívidas a um determinado trecho do rio incluiu-se como uma delas. O coronel arrendava suas terras aos coletores da castanha e da borracha e até fornecia-lhes material, que eles pagariam com o resultado de seus trabalhos. Para suprir esses trabalhadores estabelecia postos de troca e venda, conhecidos como armazém e padaria. Nesses locais os trabalhadores adquiriam alimentos e utensílios pessoais. A "compra" não dava-se por meio de moeda, mas com vales que o trabalhador resgatava ao fim do mês com os seus "honorários". Além do pagamento ser baixo, o trabalhador raramente recebia dinheiro também pelo fato de que a diferença entre o seu ganho e suas contas no posto de venda, o pagamento do material e o arrendamento raramente permitiam-lhe algum recebimento significativo. (Fig. 5A e 6)

Dessa forma o trabalhador permanecia preso às terras do coronel. Quando conseguia juntar alguma importância dirigia-se a esse para sanar suas dívidas. Com a certeza de poder partir para outras terras o empregado juntava a família e seus proventos e partia em direção a outra alternativa. Nesse instante ao descer o rio ele era assaltado e todos os seus bens escapuliam-lhe das mãos. Como esse "assalto" sempre ocorria no mesmo trecho do rio, e desconfiando ser por mandado do coronel, o trecho era chamado de Paga-dívidas. Daí o trabalhador, sem ter como partir, recorria mais uma vez ao coronel que mostrava-se magnânimo para com ele, fornecendo-lhe mais uma vez material e terra.

Mas esse quadro também teria seu fim. Revoltados com suas condições, os empregados liderados por Cesário Medeiros, renderam um navio e obrigaram o coronel a aceitar a fuga em massa. Chegando a Belém eles denunciaram o "cativeiro" disfarçado nas terras do coronel.

O coronel conseguira as suas propriedades de modo duvidoso. Foi através da política que ele estabeleceu os seus domínios. Levando atas de eleições de Belém para Arumanduba ele as preenchia, em nome de todos os eleitores, a favor do candidato que apoiava. Em troca recebia desses títulos de posse e protecção para as manobras de cartório com fins a "incorporar terras alheias" (8).

Seus privilégios foram-lhe retirados na época do tenentismo. Quando mandaram ordem de prisão ao coronel e perseguiram-lhe até forçar sua fuga para o Rio de Janeiro. Foi quando José Júlio vendeu suas propriedades.

A propriedade passou para uma sociedade formada por oito portugueses e dois brasileiros, que visavam a exploração comercial e agropecuária. Mais tarde passariam a dirigir seus esforços também para a navegação e criação de gado.

(8) PINTO, Lúcio Flávio, Jari: Toda a Verdade sobre o Projeto de Ludwig - As relações entre estado e multinacional na Amazônia. p. 16

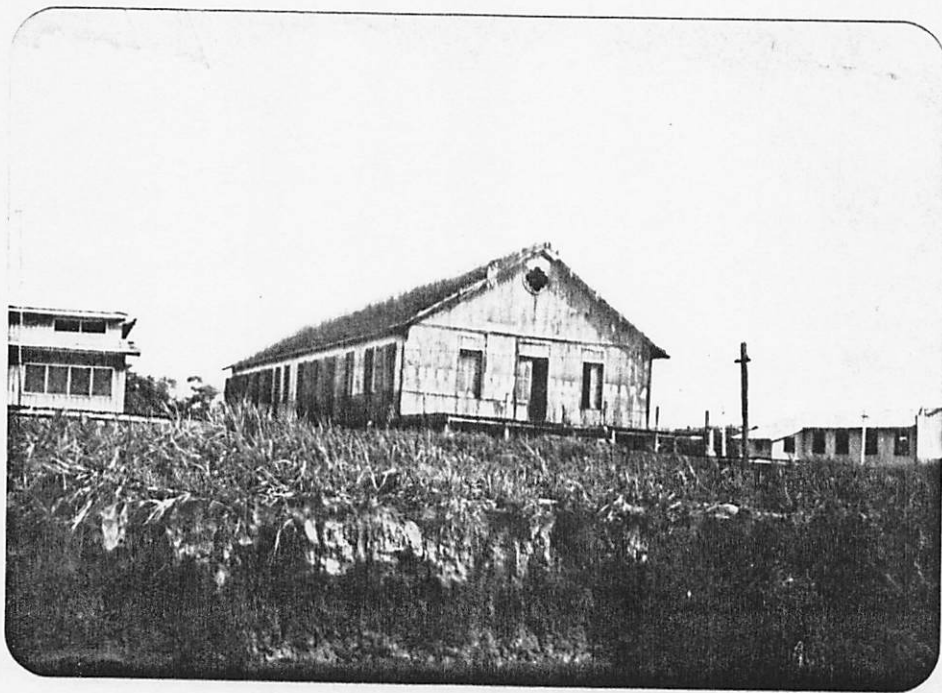


Figura 5 - Arumanduba

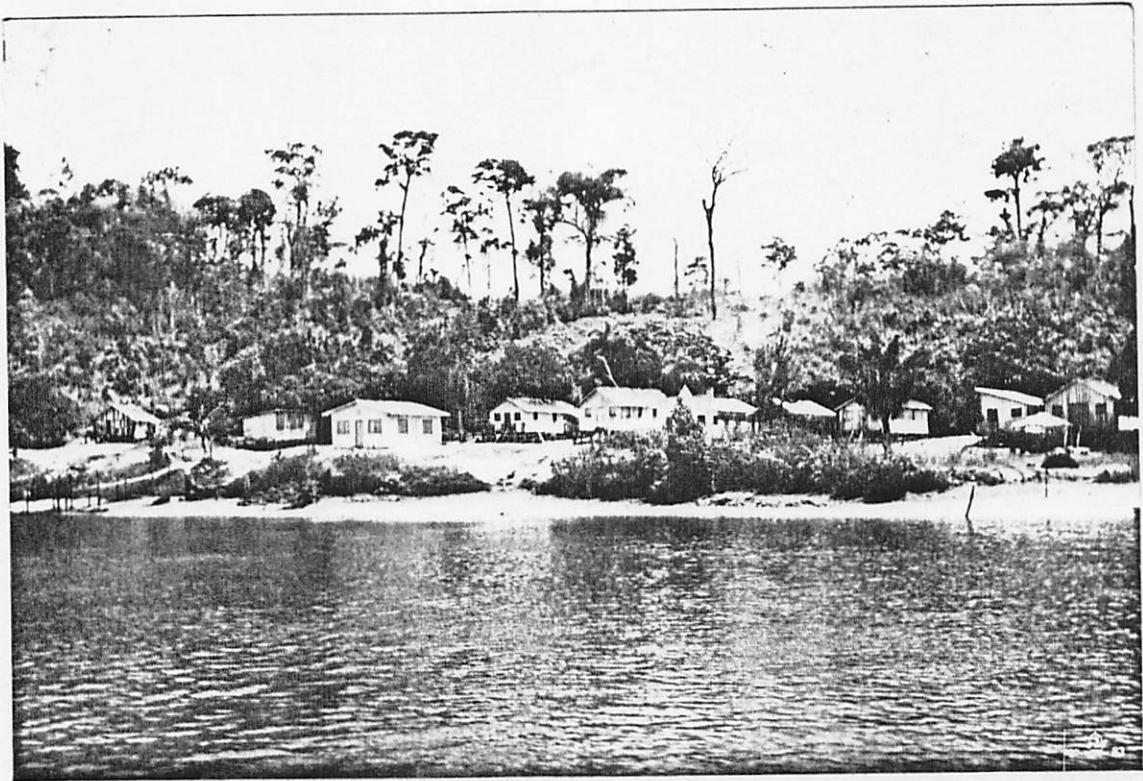


Figura 5A- Localidade ribeirinha

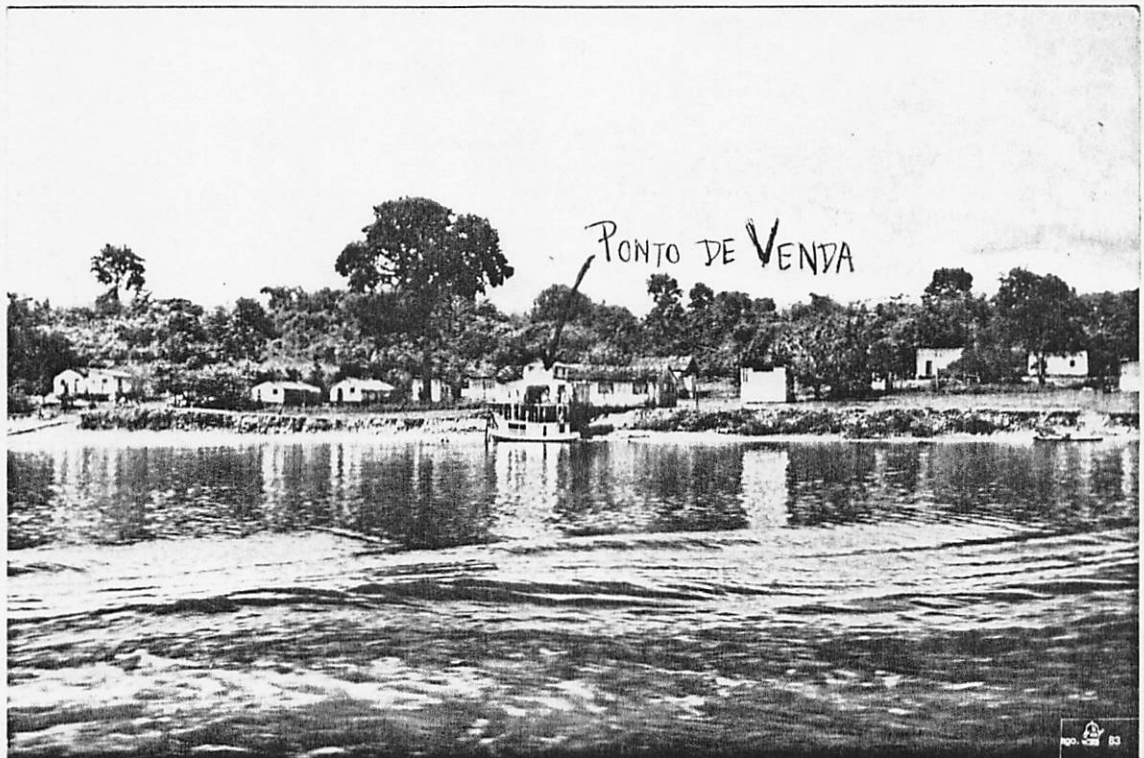


Figura 6 - Ponto de Venda

1.1.2 - As condições geográfico-econômicas da área

Traçar o perfil geo-econômico desta área não parece uma tarefa árdua à primeira vista, uma vez que trata-se de um vazio demográfico com poucas atividades produtivas, em sua maior parte baseadas no extrativismo. No decorrer da pesquisa, no entanto, constata-se um outro quadro: o vazio demográfico tornou-se um vazio político, onde os levantamentos estatísticos raramente tinham sido feitos e com dados que levam à mente a precariedade da pesquisa geográfica. A imensidão do território a ser pesquisado era de tal ordem que os dados ficam obscurecidos. Não tem-se, por exemplo, como avaliar o desenvolvimento das atividades comerciais em relação às outras atividades, pois inexiste o recolhimento de ICM nos municípios estudados. E o valor absoluto das atividades só é levantado a partir de 1982. Quando o projeto JARI já havia sido implantado. Além do que o comércio local não passava de "ponto de venda", que limitava-se a comercializar produtos simples, que fossem acessíveis, essenciais ao cotidiano dos povoados. O comerciante fazia suas compras em pequenos estoques que eram suficientes para suprir o consumo do povoado e fazer um pequeno abatimento, base para o "pequeno" lucro que teriam.

Ao sobrevoar a região incorre-se no erro de imaginá-la plana. Localizada nos contra-fortes do planalto das Guianas, esta região apresenta, no entanto, um relevo ondulado. Que em algumas partes possui um desnível alto, a ponto de favorecer a implantação de hidrelétricas.

O índice pluviométrico da região atinge os 2.500 mm anuais. O que reforça seu clima tropical úmido que, no entanto, apresenta estações secas nos meses de agosto e dezembro.

Fonte quase inesgotável de recursos naturais, a região sempre abrigou atividades econômicas voltadas para o aproveitamento desses recursos. Mesmo hoje são poucas as atividades industriais na área, que prima pelo cunho extrativista e agropecuário. Essas atividades sempre tiveram ondas mercantis de curta duração de modo que a Amazônia nunca "estruturou interesses próprios, capazes de competir com os interesses de fora; foi uma terra que, como seus trabalhadores, uma vez usada, punha-se de lado" (9).

Até fins dos anos 50 o governo brasileiro limitou-se a dirigir seus esforços para o incremento das atividades extrativas da borracha, no que diz respeito à essa região. Quando os Estados Unidos entrou na segunda guerra mundial provocou um novo surto na economia amazonense da borracha. Esse surto chegou a trazer para essas terras os sonhos do americano Henry Ford, que viu seu projeto fracassar frente às dificuldades impostas pela selva brasileira. Esses desafios eram três basicamente: o da baixa densidade ocupacional, a dependência da extração como fonte de renda e emprego além do pouco conhecimento dos recursos locais.

Como já referido no capítulo anterior, tanto o coronel José Júlio como a empresa que o sucedeu em suas atividades econômicas na região só possuíam atividades extrativas. Portanto de economia primária. A subjugação da força de trabalho era estabelecida pela dependência ao fazendeiro, ao dono da terra. Partindo-se da própria forma de acesso à terra, o arrendamento, que implica em formas de sujeição. Freqüentemente o trabalhador utiliza-se da força de trabalho familiar. Por vezes usa mão de obra contratada e abre algum dos pontos de venda, mas nesse caso ele precisa possuir algum dinheiro inicial com que contar.

Assume extrema importância diante do fenômeno da ocupação deste tipo de área (com baixa densidade demográfica e pouco explorada) por um projeto econômico a compreensão daquilo que se define como "fronteira". Segundo SAWYER designa-se fronteira à "um espaço que oferece condições para a expansão de atividades econômicas antes ausentes ou presentes em menor escala" (10).

Em 1957 a Pan-American Pioners Corporation tentou comprar essas terras mas teve insucesso na tentativa, que Ludwig conclui com satisfação oito anos depois. Sob os aplausos do governo que havia mudado sua política de desenvolvimento para a Amazônia.

Somente a partir de 1966 é que o Governo Federal cria incentivos para a ocupação da região como um todo. Esse, no entanto, será um assunto melhor desenvolvido no próximo capítulo.

Desde 1966, quando os dados dessa região são mais claros, que as principais atividades apontadas pelas pesquisas geográficas são: extrativa vegetal, agrícola e pecuária; tanto para o município de Almeirim quanto para Mazagão. Porém em 1982 esse quadro altera-se. O município de Almeirim surgem as indústrias de extração mineral e de transformação, pois a fábrica de celulose e caulim encontram-se em suas terras. Este município passa a apontar entre os principais produtos exportados não mais a castanha ou a borracha, mas o arroz, a celulose e o caulim. Produtos resultantes das atividades da empresa do JARI, sob controle do empresário americano Daniel Ludwig.

No município de Mazagão a extração de produtos naturais, que caracterizavam as atividades primárias também tomam outro rumo. Além da extração vegetal aparece agora a indústria extrativa mineral, pois em

suas terras encontra-se a mina de caulim, e o comércio. Este último passa a ser uma das principais atividades econômicas do município por motivos que serão expostos no capítulo (2.1.1) .

O fato de apresentarem as atividades extrativas sobrepondo-se às demais faz com que ambos os municípios tenham uma população eminentemente rural com uma parcela pouco representativa em sua sede municipal. Em ambos os casos somente 2%, em média, da população total do município encontrava-se residindo em sua sede, de 66 até 78. Em 82 embora o quadro persista ele deve-se a outro fator: a maior parte da população continua residindo fora da sede municipal porém, uma grande parcela reside em um centro urbano que, não sendo a sede, encontra-se em seu município. Esse aspecto será estudado detalhadamente mais adiante.

Essa população, rural em sua essência, é freqüentemente aglutinada em localidades ribeirinhas. Sua localização explica-se em múltiplas vezes. A maior causa dessa permanência ao longo do rio é o simples fato deste ser o meio de transporte mais eficaz da região: o mais antigo, mais prático e mais barato. Outro fator está na escassez de recurso desse povo. Que até então não possuía infra-estrutura urbana de nenhum tipo e que vivendo em condições quase miseráveis utilizam-se do rio para extrair seu alimento, fonte de sua sobrevivência, e ali têm seu ponto de recreação.

Faz-se juz à verdade quando se esclarece o fato das cidades sedes desses municípios possuírem serviços aéreos que as ligavam a Belém, no caso de Almeirim, e a Macapá, no caso de Mazagão. Essas linhas aéreas eram regulares, mas não eram acessíveis à grande parcela da população, embora existam desde 1961.

Ao estudar o quadro do crescimento econômico da área fica claro que ele não segue uma linha regular de ascendência ou descendência. Em ambos os casos, Almeirim no Pará e Mazagão no Macapá, oscilam com seus fatores de crescimento; ora tomando impulso ora retrocedendo. Um fato, no entanto, fica claro: ambos apresentam grande carência de recursos e serviços.

Para constatar tal fato não leva-se muito tempo. Basta comparar os serviços existentes, encontrados nos censos de 61 a 82, com a área dos dois municípios. Almeirim possui uma área de 67.200 Km² situadas no estado do Pará. Mazagão possui 44.421 km² de terras amapaenses.

Com extensão de terras dessa grandeza ambos os municípios permanecem sem serviços bancários até 1978. Possuem pouquíssimos profissionais liberais gabaritados, e poucas escolas. Em média menos de 1% de sua população estuda. Infelizmente os dados levantados não fornecem a porcentagem da população que encontra-se em faixa escolar, porém percebe-se o baixíssimo número de alunos. Talvez mais relevante seja o fato da maior parcela dessa população encontrar-se distante da escola, que localiza-se na sede do município, pois sua população como já dissemos é eminentemente rural.

Embora possuíssem fornecimento de energia elétrica, era pequeno o número de usuários do serviço que, mais uma vez, restringe-se à sede do município. Mesmo assim nem a sede possuía serviços de água e esgoto. O serviço de coleta de lixo, no entanto, já era feito diariamente. Nenhuma das duas localidades contava com serviços telefônicos, que só passará a existir bem mais tarde. Em Arumanduba (Ver Capítulo 1.1.1), município de Almeirim, já havia telefone, mas esse foi retirado por volta de 1948, quando o coronel José Júlio vendeu suas terras. O

serviço médico também sempre foi precário, embora existente, também limita-se a atender a sede do município.

Nos quadros 1 e 2, que se seguem, pode-se verificar as reais condições socio-econômicas da área, bem como avaliar suas precariedades. Principalmente no que diz respeito à cultura e lazer.

A predominância das atividades rurais ficam espelhadas no número de estabelecimentos rurais em contraposição ao número de indústrias, bem como ao pequeno comércio.

Os gráficos 1 e 2 delimitam as oscilações populacionais dos dois municípios. Do ano de 1978 para o ano de 1982 repara-se no salto populacional. O fantástico crescimento populacional encontra uma explicação clara e simples. Exatamente nos fins do ano de 1978 instalam-se os canteiros de obra para o assentamento do projeto JARI. Exatamente nesse período a porcentagem de crescimento demográfico anual de Almeirim pula de 15% ao ano, em média, para 130% e Mazagão passa de 13 a 56% de crescimento anual.

É nessa região: basicamente rural, com estado de vida beirando a miséria, com um enorme quadro de carência de serviços, onde são poucas as chances de emprego assalariado e urbano, que o projeto JARI vem instalar-se. Seu incremento vem a alterar todo este quadro. Como? Veremos a seguir.

(9) CARDOSO, F. H. e Muller, G., Amazônia: a Expansão do Capitalismo, Ed. Brasiliense, São Paulo-SP, 1977. p.11 citado por Henrique Rattner e O. Udry, Colonização na Fronteira Amazônica: Expansão e Conflitos, IPE/USP, São Paulo-SP, 1987. p.15

(10) SAWYER, Donald, "A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica" mimeo, CEDEPLAR, 1982. citado por Lena Lavinas, "A agro-urbanização da fronteira" in A Urbanização da Fronteira (Vol.I), PUBLIPUR/UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 1987. p.99